
FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS CONTRA O RACISMO E SEUS IMPACTOS NA CARREIRA PROFISSIONAL

Carla Silva Fiaes¹

Cíntia Alves Tolentino²

Edelyn Knebel de Alcântara Oliveira³

Resumo

A formação de psicólogas e psicólogos no Brasil negligenciou durante muito tempo o impacto do racismo no sofrimento psíquico daqueles que a sofrem. O objetivo desta pesquisa foi investigar a percepção dos egressos de Psicologia acerca de sua preparação no ambiente acadêmico para lidar com questões raciais em suas áreas de atuação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde se procedeu mediante a um questionário estruturado aplicado de forma online a 17 psicólogos(as) formados entre os anos de 2018 a 2020. Houve um reduzido engajamento na pesquisa de profissionais autodeclarados brancos. Os resultados revelaram que os psicólogos pretos recebem baixos salários e já foram expostos a situações de discriminação em razão da cor, inclusive dentro do ambiente de trabalho. A maior parte dos psicólogos sente falta de uma melhor capacitação sobre a temática durante a graduação.

Palavras-chave: Psicologia; graduação; racismo; saúde mental.

INTRODUÇÃO

A formação de psicólogas e psicólogos consiste em um momento privilegiado para a construção de conhecimento, de saberes e práticas sobre diversos assuntos vividos no cotidiano dos sujeitos. A Psicologia enquanto ciência tem reconhecido cada vez mais a necessidade de considerar os diversos fatores contextuais que afetam a saúde mental da população. Um desses fatores, que tem sido cada vez mais admitido como necessário à compreensão da estrutura da sociedade brasileira e de sua marcada desigualdade, é a questão

¹ Psicóloga, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento, Especialista em Psicologia Escolar e professora de Psicologia da UNINASSAU-Barreiras. E-mail: csfiaes@gmail.com

² Psicóloga clínica. E-mail: cyntiatolen@gmail.com

³ Psicóloga escolar. E-mail: knebeledelyn@gmail.com

do racismo estrutural, definido por Almeida (2021), como um processo histórico e político, que cria condições sociais para que determinados grupos sejam sistematicamente discriminados. Sendo assim, é necessário apresentar aos estudantes contextos relevantes, com o intuito de estimular o interesse na busca de conhecimentos e possibilitar o reconhecimento dos aspectos que envolvem as questões raciais e seus efeitos psíquicos presentes no cotidiano.

De acordo com Scandiucci (2006), a Psicologia pouco tem se preocupado com a temática das relações raciais no Brasil. Partindo dessa necessidade, Moura (2003) chama os profissionais a refletirem urgentemente sobre a questão nos diversos campos do saber psicológico, com o objetivo de entender como o racismo afeta as pessoas negras que buscam atendimento psicológico. O racismo neste trabalho será adotado conforme a definição de Goes (2018, p.13) como “um sistema estruturante, gerador de comportamentos, práticas, crenças e preconceitos que fundamentam desigualdades evitáveis e injustas entre grupos sociais, baseadas na raça ou etnia”.

No campo da saúde, inúmeros pesquisadores têm se debruçado na temática da desigualdade racial e apontado o racismo como um importante determinante social em saúde, bem como indicando possíveis efeitos que a vivência do racismo impacta no processo de subjetividade das pessoas negras (LAGES et al., 2017). De acordo com Silva (2001), a Psicologia poderá contribuir para melhor compreensão, enfrentamento e superação de sentimentos envolvidos em relações sociais racistas, além de colocar sua teoria e técnica a serviço da compreensão sobre a construção subjetiva da negritude.

O Brasil tem um histórico de colônia de exploração, e foi um dos últimos países a abandonar o tráfico de escravos no mundo. Após a abolição da escravidão, o governo brasileiro adotou a política de embranquecimento como política de Estado, que tinha o intuito de camuflar as ascendências negras da população. Conforme Nascimento (2017), o embranquecimento era colocado como um imperativo político de projeto de sociedade com princípios de miscigenação, e se perpetua até os dias atuais, relegando a população negra a situações de exclusão. Para Guimarães (2017), o colorismo presente na sociedade brasileira consiste em um tipo de discriminação que se direciona à cor da pele, segregando em maior grau, aqueles que guardam a cor da pele mais escura e tolerando em ambientes predominantemente brancos aqueles com menos traços, que demonstram menos suas

ancestralidades.

De acordo com Yonatan e Lanari (2020), além da cor da pele, outros critérios fenotípicos, tais como o formato do nariz, dos lábios, do queixo e do crânio, foram acrescentados à classificação de raça e cor que são cotidianamente utilizados na sociedade para classificar as pessoas e excluí-las. Vale salientar que os critérios de classificação que diferenciavam as raças, também começaram a considerar aspectos psicológicos, morais, intelectuais e culturais. Para Almeida (2021), o conceito de raça só pode ser compreendido de uma perspectiva relacional, em atos concretos, dentro de uma estrutura marcada por conflitos e antagonismos.

O racismo, portanto, se constitui como um instrumento ideológico resultante das estruturas que fundam a sociedade capitalista incorporando-se a todo tecido social, que tem por finalidade manter a hegemonia da raça branca. A invisibilização e a naturalização do racismo podem ser compreendidas como desdobramentos de uma cadeia de classificação, discriminação, hierarquização e opressão, que se autorreproduz num ciclo perverso de difícil interrupção (COELHO & ARREGUY, 2018).

A Psicologia, ciência que estuda o desenvolvimento humano, as relações sociais e a cognição social, para citar apenas algumas áreas, tem potencial não apenas para compreender como as relações intergrupais se desenvolvem, e como afetam indivíduos e sociedade, mas também para propor intervenções (SACCO, COUTO & KOLLER, 2016).

Nas últimas décadas, a produção científica da Psicologia acabou por despertar um novo interesse sobre a questão do racismo e das práticas ligadas ao preconceito e discriminação, verificando seus efeitos subjetivos e seus respectivos impactos na produção do sofrimento psíquico. Justamente por ser incipiente a discussão sobre o racismo, na literatura da psicologia destacam-se poucos estudos sobre preconceito racial (AZERÊDO, 2002), revelando a necessidade da Psicologia refletir sobre sua função social como ciência e profissão (OLIVEIRA, 2002).

Especialmente a partir dos anos 2000, as ações do Movimento Negro - representado, principalmente por psicólogas negras – passaram a influenciar parte das(os) profissionais da Psicologia e, atualmente, o tema ascende institucionalmente (CFP, 2017). Embora hajam

algumas recomendações técnicas elaboradas pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais da categoria, com base na expressa defesa dos direitos humanos, é perceptível o quanto a formação em psicologia ainda negligencia aspectos fundamentais para se pensar os modos de produção de subjetividades tendo em vista os atravessamentos do racismo estrutural no Brasil, uma vez que não se apresenta como obrigatório o estudo dessa questão na formação dos estudantes de psicologia (NASCIMENTO, 2019).

Com isso, o que podemos observar, é que, apesar da psicologia ter se modificado bastante nos últimos 60 anos, abandonando formas excludentes de padronizar sujeitos, e buscado a acesso mais amplo de grupos tradicionalmente excluídos socialmente, ainda assim, ela tem evoluído pouco a respeito das questões étnico-raciais.

Segundo Munanga (2003), vítimas de preconceito racial e discriminação recebem pouca atenção da Psicologia clínica. Silva (2005) complementa, “sem medo de errar” (p. 129), que a grande maioria da população negra vive em incessante sofrimento mental devido, por um lado, às condições de vida precárias atuais e, por outro, à impossibilidade de antecipar um futuro melhor. Ela aponta diversos sintomas físicos e psíquicos advindos da permanente condição “de tensão emocional, de angústia e de ansiedade, com rasgos momentâneos dos distúrbios de conduta e do pensamento” (p.130), vivida cotidianamente pela pessoa alvo do racismo.

O instituto “AMMA Psique e Negritude” juntamente com o Ceert têm sido nos últimos tempos, os maiores interlocutores entre o movimento social organizado de enfrentamento ao racismo, à discriminação e ao preconceito, e a categoria de psicólogos e, desde então, tem promovido intervenções através de debates, ciclos formativos, e uma clínica psicológica com atendimentos individuais e grupais. No ano de 2002, foi lançada uma campanha nacional com o slogan “*Preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer*”.

A partir dessa campanha, a Comissão de Direitos Humanos do CFP propôs a elaboração de algumas normas de atuação para orientar os psicólogos relativas ao preconceito e à discriminação racial, surgindo então, a Resolução nº 018/2002 (Conselho Federal de Psicologia, 2002), que propõe entre os seus artigos, a defesa de que:

(i) os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia; (ii) os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo; (iii) os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial; e (iv) os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Damasceno e Zanello (2018) perceberam, em um estudo de revisão bibliográfica sobre o impacto do racismo na saúde mental, que mulheres negras sofrem em atendimentos de saúde, além do racismo, o sexismo. Essa constatação se deu através da presença de distúrbios de autoestima e autoconceito presentes nesse grupo, as quais atribuíram seu sofrimento psíquico à dupla opressão vivenciada. Os referidos autores concluíram que os profissionais que atuam dentro do campo da saúde mental, geralmente não conseguem identificar suas condutas racistas individuais. Para o usuário afrodescendente, tal experiência estressante e traumática tem efeito cumulativo ao longo da vida e impacta a sua saúde mental.

Para Kalckmann et al. (2007), não é incomum os profissionais de saúde minimizarem as demandas de cuidado apresentadas pela população negra. Os autores consideram que a “ideologia do dominador” se faz presente no campo da saúde, por meio da figura do profissional, que inconscientemente vincula práticas racistas calcadas em uma ideologia de subalternidade da população negra.

Damasceno e Zanello (2018) identificaram em seus estudos que o profissional que deveria contribuir para o alívio do sofrimento psíquico da pessoa, muitas vezes, é também responsável por mais violência. Essa invisibilidade do racismo no campo dos dispositivos da saúde mental é aparentemente ainda muito pouco problematizada. Assim, segundo os referidos autores, a inserção da temática do racismo como estressor responsável por dor, sofrimento e até morte, na agenda da Psicologia deve ser feita não apenas de forma transversal no currículo, mas também como disciplina específica; é necessária no ensino/treinamento, na prática clínica, e na pesquisa psicológica. Considerando tais dados, o objetivo deste trabalho foi investigar a percepção dos egressos de Psicologia acerca de sua preparação no ambiente acadêmico para lidar com questões raciais em suas áreas de atuação.

MÉTODO

O presente estudo pode ser caracterizado como sendo de caráter qualitativo e descritivo. Segundo Kirk e Miller (1986), a pesquisa qualitativa identifica a “presença ou ausência de algo” (que tipo de coisa e o que a qualifica). Para os autores, a objetividade em pesquisa qualitativa implica entender um mundo de realidades empíricas que se coloca diante do pesquisador.

A coleta de dados foi realizada no período de agosto a setembro de 2021, em uma plataforma online através de um formulário digital. A divulgação do estudo foi feita por meio do compartilhamento de um link nos grupos de Whatsapp compostos por ex-alunos do curso de psicologia de uma instituição de ensino superior de um município do Oeste da Bahia. O link direcionava os participantes ao questionário, disponibilizado na plataforma Google Forms. Na primeira sessão do questionário, estava disponível o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Após concordarem em participar, os participantes eram direcionados para o questionário.

A primeira parte do questionário estruturado coletou informações sociodemográficas, seguida por questões referentes à formação profissional; e a última parte do questionário, foi destinada ao tema central da pesquisa, composta por 15 questões sobre a caracterização do público atendido, saúde mental e identificação do racismo em si e na população atendida e formação no curso para lidar com este tema. Para fins desta pesquisa, serão apresentados os resultados referentes à caracterização dos participantes, identificação de práticas racistas no trabalho, e capacitação durante a graduação para lidar com o racismo.

Para participar do estudo, os participantes deviam ser egressos do curso de Psicologia na única IES que oferecia o curso no município na época em que a pesquisa foi realizada, e ter se formado entre os anos de 2018-2020. Estima-se que, desde que foi aberto em 2003, a instituição já formou cerca de 15 turmas de psicólogos, que atuam predominantemente na região Oeste da Bahia, que é composta por cerca de 24 municípios, localizados ao Oeste do Rio São Francisco. No período delimitado para a pesquisa (2018-2019), a referida instituição formou cerca de 80 profissionais de Psicologia. Após a divulgação nos grupos, aceitaram

participar do estudo um total de 17 participantes.

As respostas dos participantes através do questionário aplicado foram transcritas na íntegra em papel A4, os dados foram organizados em tabelas e quantificados, e as questões abertas foram analisadas utilizando a análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender melhor os resultados deste estudo, analisaremos primeiramente o perfil dos participantes, uma vez que a pesquisa foi disponibilizada nos grupos e não enviada diretamente para cada um deles, sendo assim, é possível identificar através desses perfis, quais foram os grupos que mais aderiram à pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, a turma de 2019 foi a que mais aderiu à pesquisa, apesar da turma de 2018 ser a que possuía o maior número de formados, alcançando 40 alunos na época.

Tabela 1: Participação na pesquisa de acordo com o ano de conclusão do curso e do número de alunos da turma.

Ano de formação	Nº de alunos formados	Nº de participantes que aderiu a pesquisa
2018	40	3
2019	24	8
2020	16	3
Não informado		3
Total	80	17

Fonte: Autoria própria, 2021.

No que diz respeito ao sexo, 15 dos participantes afirmou ser do sexo feminino e 2 do sexo masculino. O predomínio de mulheres entre as respondentes era algo esperado, uma vez que a Psicologia é uma profissão com uma presença feminina relativamente alta, conforme pode ser visto na pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2012, em que identificaram que 89% da categoria era formada por mulheres. Ferretti (1976), em seu estudo, ainda na década de 1970 também já apontava para essa soberania feminina, afirmando que a Psicologia era a quarta carreira com maior presença feminina (87,1%). Segundo Lewin (1980), a Psicologia não somente faz parte do contingente das profissões femininas, como da subdivisão “extremamente feminizadas” (FF), é também uma profissão associada ao cuidado do outro, prática entendida como típica do sexo feminino.

A faixa etária dos participantes oscilou entre 23 e 41 anos de idade, sendo 28 anos a idade média. Ainda segundo dados do Conselho Federal de Psicologia, em 2012, a faixa dos 20 aos 30 anos era a média de idade dos formandos, resultado semelhante ao do nosso estudo.

Foi solicitado aos entrevistados que indicassem como se definem em termos de cor ou raça (auto-relatada). Dos entrevistados, 17,6% afirmaram ser de raça ou cor branca, 52,9% se declararam pardos e 29,4% se consideram pretos. Quanto à amarela e indígena, não foram verificadas respostas das duas populações, embora exista na região uma comunidade indígena e também muitos descendentes japoneses resultante da imigração japonesa, o que sugere que estes grupos são sub-representados entre os recém-formados em psicologia.

Conforme pode ser observado, os dados sobre a distribuição entre as três principais categorias – branca, parda e preta, mostram uma predominância na participação dos grupos de profissionais que se consideram pretas e pardas; é importante ressaltar que a resposta ao questionário era opcional e as profissionais tinham acesso antecipadamente ao título da pesquisa e aos seus objetivos. Embora não existam dados específicos sobre a composição étnica da população no município, nem sobre os estudantes de Psicologia, os resultados dessa pesquisa parecem sugerir que as pessoas brancas não aderiram à pesquisa tanto quanto o grupo de negros, talvez por acreditarem que o tema racismo não faz parte da sua realidade ou por

julgarem não ter dominância no assunto.

Segundo Khouri e Castelar (2016), na Psicologia, a pouca quantidade de profissionais negras/os, bem como a dificuldade de acesso das populações com baixa condição socioeconômica aos serviços psicológicos, constroem um imaginário social branqueado para essa ciência e profissão. O aumento de pessoas negras nas instituições de ensino superior, por sua vez, é fundamental para a promoção da inclusão racial, possibilitando nesses espaços uma maior diversidade étnico-racial, além de proporcionar avanços nas condições socioeconômicas dessa população.

Quando questionados sobre os rendimentos provindos da Psicologia, 8 participantes afirmaram ganhar entre 1 a 2 salários, 3 recebiam em média de 2 a 3 salários e 4 afirmaram ter renda correspondente a 3 salários ou mais e a categoria “sem renda atualmente”, obteve 1 resposta. Um dos participantes não informou a renda. Conforme pode ser observado, a maior parte dos participantes (11 dos 17) afirma receber no máximo 3 salários como remuneração pela sua profissão, sugerindo que, segundo a classificação do IBGE de classes sociais, a maioria dos participantes desta pesquisa, encontram-se na Classe D (recebe entre 2 e 4 salários mínimos). Neste sentido, é possível perceber que o título de ensino superior não garante uma remuneração mais alta para os profissionais de Psicologia que participaram deste estudo.

Sendo assim, considerando que a Psicologia é vista como uma profissão “feminina” inclusive em sua composição quantitativa, a remuneração relativamente baixa pode ter a ver com o fator gênero, pois conforme descrito por Bruschini e Lombardi (2001), as mulheres continuaram a ganhar menos que os homens independente do setor de atividade econômica em que trabalham, do tamanho da sua jornada, do número de anos de estudo ou da sua posição na ocupação.

Quando as rendas são analisadas segundo a cor/raça/etnia autodeclarada, encontramos que a única resposta registrada como "sem renda atualmente" provém de uma mulher que se autodeclarou preta. Por sua vez, apenas uma mulher preta, das 5 entrevistadas que assim se declararam, informou receber 3 salários ou mais. Apesar do número relativamente baixo de participantes desta pesquisa, o que limita nossas possibilidades de projeção para o grupo de profissionais de Psicologia em geral, os dados da nossa amostra sugerem desigualdades

salariais em função da cor da pele autodeclarada e também percebida socialmente. Essa pequena amostra apoia dados que evidenciam o quanto mulheres negras ocupam posições desfavoráveis economicamente ou são menos remuneradas ocupando as mesmas funções.

Segundo Pinto (2006), ainda com relação às desigualdades salariais de acordo com o gênero e raça, mulheres negras recebem 55% menos do que mulheres não negras e apresentam maiores taxas de desemprego, e 60% das famílias chefiadas por mulheres negras têm renda inferior a um salário mínimo (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2001).

Quanto à rede onde exercem sua área de atuação, a pesquisa mostrou que os entrevistados indicaram que 58,8 % (n= 10) atuam na rede privada, a qual proporciona maior renda. Cerca de 23,5% (n=4) trabalham em órgãos públicos, como escolas, hospitais, CRAS e unidades do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Três dos participantes declararam atuar como voluntários e 11,8% (n=2) afirmaram trabalhar em Atendimento Social.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) fez uma pesquisa referente a inserção dos psicólogos (as) no mercado de trabalho brasileiro em 2014. No levantamento de dados gerais foi apontado que, entre os entrevistados, a maioria da categoria era feminina (94,4%). Dentre os 147 mil profissionais mapeados, 62 mil eram trabalhadores autônomos e que, dentre os participantes da pesquisa, a menor proporção era de negros, sendo apenas 16,5% dos profissionais. Além disso, a pesquisa apontou que os psicólogos(as) negros recebiam em média bem menos que os psicólogos(as) declarados não negros, sendo os que recebiam valores superiores eram aqueles que trabalhavam por "conta própria" e os com salários inferiores eram os que atuavam como funcionários públicos estatutários ou eram empregados com carteira.

A Lei 12.990/2014 que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos foi implementada a relativamente pouco tempo no país. É de conhecimento geral, que a concorrência gerada pelos concursos públicos é muito grande, e a garantia de uma estabilidade financeira desperta o interesse de muitos e provoca um aumento na busca de tentar se tornar um servidor público. Em uma pesquisa realizada por Castelar, Veloso, Ferreira e Soares (2010), os autores avaliaram o perfil dos candidatos que foram aprovados e tomaram posse em cargos públicos. Segundo os resultados encontrados, a probabilidade de aprovação nos certames foi definida em função das características socioeconômicas dos candidatos, tendo

sido constatado que a alta renda familiar e uma maior escolaridade são fatores que aumentam a chance de sucesso nas seleções públicas. Em sentido oposto, a renda abaixo de dois salários mínimos e a baixa escolaridade contribuem para uma menor chance de aprovação nos concursos públicos. Ou seja, candidatos negros têm menores chances de serem selecionados, uma vez que no nosso país, o racismo estrutural faz com que raça e condição social sejam fatores associados.

Em relação aos psicólogos, a ocupação de profissional liberal, requer, geralmente, um investimento inicial que muitas vezes, não é acessível para pessoas de baixa renda. Considerando que, no Brasil, renda e negritude são fatores intrinsecamente associados, fazendo com que nem sempre um recém-formado negro, tenha condições econômicas de alugar sala, enquanto forma uma clientela que lhe compense os gastos iniciais.

Ao serem questionados se em algum momento, no decorrer da sua prática profissional, perceberam a necessidade e importância de se ter, durante o curso de Psicologia, uma formação específica para debater sobre o racismo, 13 psicólogos/as entrevistados afirmaram que consideram importante ter mais informações, 2 entrevistados informaram que não precisavam e 2 consideram que tiveram disciplinas suficientes sobre o tema. De acordo com Khouri e Castelar (2016), considera-se que a troca de vivências e estratégias de enfrentamento do racismo nos ambientes educacionais são de grande valia para os processos de aprendizagem, sendo essencial para a consciência racial dos indivíduos.

Por fim, buscamos identificar se os participantes da pesquisa identificavam algum episódio em que foram vítimas de racismo. Dentre os 17 entrevistados, 2 pessoas afirmaram que já sofreram discriminação racial: as Psi 3 e Psi 9, que se autodeclararam como mulheres pretas foram as únicas que responderam positivamente a esta questão, com a primeira delas afirmando que a violência foi praticada por outro profissional, e a segunda reconheceu a prática vinda de pessoas desconhecidas. Podemos notar que no nosso país a questão do colorismo é importante, quanto preparado para lidar com questões raciais no Brasil, quanto mais preta é a cor da pele, maior a chance de ser vítima de racismo. A seguir podemos analisar as falas dessas duas psicólogas referente a sua reação sobre tal atitude racista:

“A reação foi ficar reflexiva e não ter atitude alguma sobre aquilo.” (Psi 3)

“Fiquei sem entender o tamanho do preconceito do outro.” (Psi 9)

Como pode ser visto nas falas das entrevistadas, ambas ficaram paralisadas, ou seja, sem reação imediata. Talvez não houvesse a expectativa que isso ocorresse numa situação de atuação profissional. O racismo estrutural faz com que antes de ser um profissional, a pessoa seja visto como uma pessoa negra e depreciada por isso. O nível superior de ensino não as livra do racismo, mesmo em sua atuação profissional. De forma semelhante ao que foi vivenciado por estas profissionais, tivemos um caso muito debatido na mídia e nas redes sociais quando médicos cubanos chegaram ao país para auxiliar no acesso a Medicina de populações mais isoladas. Na época, os referidos profissionais não foram vistos como “médicos de verdade” por parte da população, porque serem negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa dá indícios sobre como o racismo se mantém velado, presente e negado na formação de profissionais de Psicologia. Muito pouco se ouve sobre essa temática dentro da graduação, de acordo com a maior parte dos entrevistados. Djamila Ribeiro (2019) afirma que todos nós somos racistas porque nascemos e vivemos numa sociedade em que o racismo é estrutural. Então, ele precisa ser discutido nos espaços, para que a sociedade possa reduzir atitudes e falas racistas, que geram impactos negativos na saúde física e mental das pessoas pretas e pardas brasileiras. É válido ressaltar que o código de ética da Psicologia inclui nos seus princípios fundamentais, que é dever do psicólogo promover a liberdade, dignidade, igualdade e a integridade do ser humano, como também é seu papel levar informações para a sociedade em geral, e eliminar todo tipo de discriminação, negligência, exploração, crueldade, violência e opressão (CFP, 2005).

O curso de Psicologia foi considerado durante muito tempo como um curso elitizado. No presente estudo, o que identificamos foi um maior interesse de psicólogos e psicólogas negras em participar da pesquisa, talvez como uma oportunidade de falar sobre as questões

raciais que vivenciaram, dando a entender que há uma necessidade de mais discussões das relações raciais, com ênfase no contexto de formação em Psicologia. Mas a baixa adesão de psicólogas e psicólogos brancos, pode dar a entender que o racismo é algo que deve ser debatido e enfrentado apenas por aqueles que o sofrem. Porém, lugar de fala não quer dizer que o racismo deve ser discutido apenas por pessoas negras, mas sim que elas sabem exatamente o que vivenciam diariamente, e que é preciso que a sociedade lhes dê espaço para serem ouvidas, porém combater o racismo é dever de todos, especialmente de profissionais que lidam com a saúde mental.

Com isso, propomos novos estudos na área para identificar como é a vivência de psicólogos negros e negras ao longo da graduação e investimentos em formação específica para os professores de psicologia sobre as questões étnico-raciais para que este tema seja abordado de forma mais direta no currículo. Mais estudos também podem ser conduzidos para compreender melhor a capacidade de profissionais de psicologia de identificar os efeitos do racismo na saúde mental dos seus pacientes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.
- ARREGUY, Marília Etienne et al. **Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas**. EdUFF, 2017.
- AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 22, p. 14-23, 2002.
- BATISTA, Luís Eduardo e KALCKMANN, Suzana (Org.) **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 110, p. 67-104, 2000.
- CASTELAR, Ivan; VELOSO, Alexandre Weber Aragão; FERREIRA, Roberto Tatiwa; SOARES, Ilton. Uma análise dos determinantes de desempenho em concurso público. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p.81-98, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n° 018/2002 a 2018 – Perspectivas e Desafios.”. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n° 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília, DF: CFP, 2017.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira nos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. Um retrato da discriminação racial no Brasil. In: **Mulheres negras. Um retrato da discriminação racial no Brasil**. 2012. p. 42-42.

FERRETTI, Celso João. A mulher e a escolha vocacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 16, p. 20-40, 1976.

GOES, Emanuelle Freitas. **Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional**. Tese de Doutorado, Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 163, 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. Cortez Editora, 2017.

IBGE, Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. [<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>], 2020.

KHOURI, Jámille Georges Reis; CASTELAR, Marilda. Percepções de estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 53-62, 2016.

KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. **Reliability and validity in qualitative research**. Sage, 1986.

LAGES, Sônia Regina Corrêa et al. O preconceito racial como determinante social da saúde-a invisibilidade da anemia falciforme. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 109-122, 2017.

LEWIN, Helena. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 32, p. 45-59, 1980.

LHULLIER, Louise A.; ROSLINDO, Jéssica J.; MOREIRA, Raul A. L. Cesar. Uma profissão de muitas e diferentes mulheres: resultado preliminar da pesquisa 2012. **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, Brasília, DF, 2013.

MOURA, Maria de Jesus. D.H., Atuação profissional e relações raciais. Em: Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo**, p. 24-26. Brasília, DF, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**, Niterói, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo, Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, Caio Maximino de. Pluralidade racial: um novo desafio para a psicologia. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, p. 34-45, 2002.

POMPEU, Fernanda. **Os efeitos psicossociais do racismo**. Imprensa Oficial, 2008.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. **Anais**, p. 1-16, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, Companhia das letras, 2019.

SACCO, Airi M.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Sílvia H. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 233-250, 2016.

SANTOS, Andersson Pereira; DIANA, Gilson Matilde. O perfil racial nos quadros da administração pública no Brasil: um primeiro balanço dos efeitos da reserva de vagas para

negros em uma organização de segurança pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 69, n. 4, p. 951-982, 2018.

SCANDIUCCI, Guilherme. Cultura hip hop: um lugar psíquico para a juventude negro-descendente das periferias de São Paulo. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 225-249, 2006.

SILVA, Maria Palmira. O Anti-racismo no Brasil: Considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, p. 37-65, 2001.

SILVA, Maria Lúcia. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: L. E. Batista, S. Kalckmann (Orgs.), **Seminário de Saúde da População Negra do Estado de São Paulo**, São Paulo: Instituto de Saúde, p. 129-132, 2004.

SANTOS, Kwame Yonatan Poli dos; LAURA, Lanari. **Saúde mental, relações raciais e Covid - 19**. São Paulo, 2020.